

Divina Pastora, 16 de março de 2023.

OFÍCIO Nº 11/2023


Resposta ao Ofício nº 1322/2022/DITEC

Exmo. Sr. Diretor técnico
Joseluci Ramos Prudente

Venho por meio deste, em resposta ao ofício acima epigrafado, encaminhar as documentações referentes ao processo TC 000784/2014 relativo ao julgamento das Contas Anuais Prefeitura Municipal Divina Pastora/SE, exercício financeiro de 2013, de responsabilidade do Sr. Sylvio Maurício Mendonça Cardoso, quais sejam, (i) Atas de aprovação e rejeição; (ii) Parecer da Comissão de Finanças; (iii) Decreto Legislativo.

Ademais, oportunamente, vem informar que, em resposta ao Ofício nº 952/2017/SPL datado de 27/12/2017, os referidos documentos já foram devidamente encaminhados ao Tribunal de Contas do estado de Sergipe, na data de 09/01/2018 conforme protocolo nº 0009/2018 (em anexo).

Em tempo, aproveito o ensejo para reiterar os votos de elevada estima e consideração, colocando-me a disposição para quaisquer esclarecimentos acerca dos fatos analisados.


CARLOS AUGUSTO SIQUEIRA DE JESUS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

**Estado de Sergipe****Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora****“ AS PESSOAS SÓ NOS ATINGEM QUANDO DAMOS PODER A ELAS. ”****(Zíbia Gasparetto)****Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Divina Pastora em 07 de dezembro de 2017.**

Com a força do Divino Espírito Santo e a proteção de Nossa Senhora Divina Pastora às dezenove horas o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão com as presenças dos senhores vereadores: José Arôdo dos Santos (Presidente), Geraldo Anselmo da Silva Santos, Maurício Raimundo Santos, Carlos Augusto Siqueira de Jesus, Ivan Josué Ferraz, Paulo José Andrade do Nascimento, Lucineide de Brito Cruz e Joéliton Santos Lima. Deixando de comparecer à Sessão o vereador Odilon Bezerra Santos dos Filho que teve a falta justificada. **Expediente:** Convite do Padre Helelon e juntamente com a comunidade Santa Luzia do Povoado Maniçoba convidando os nobres vereadores para participarem do Tríduo em preparação a festa de Santa Luzia. Ordem do dia: Presentes à fase de deliberação das matérias do dia os seguintes vereadores: José Arôdo dos Santos (Presidente), Geraldo Anselmo da Silva Santos, Maurício Raimundo Santos, Carlos Augusto Siqueira de Jesus, Ivan Josué Ferraz, Paulo José Andrade do Nascimento, Lucineide de Brito Cruz e Joéliton Santos Lima. Deixando de comparecer à Sessão o vereador Odilon Bezerra Santos dos Filho que teve a falta justificada. Pauta de hoje dia 07 de dezembro de 2017. Foi lida a Ata da Sessão anterior e aprovada. Aberto os trabalhos o presidente informou a todos os vereadores que a comunidade Santa Luzia estava pedindo uma ajuda para a organização da festa. Caso tivessem interesse em ajudar que procurasse o Padre ou a secretária da Casa. Em seguida a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e a Comissão de Finanças Orçamentos e Fiscalização deram o Parecer por Escrutínio favorável ao Projeto de Lei nº57/2017 que Institui o Plano Plurianual para o período de 2018-2021 e dá outras providências. Logo em seguida o Projeto de Lei nº57/2017 foi colocado em 1ª (primeira) discussão e votação e aprovado por unanimidade. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final deu também o Parecer por Escrutínio Rejeitando as Contas anuais de 2013 do atual Prefeito Sylvio Maurício Mendonça Cardoso referente ao Processo TC nº000784, ano 2014. A Comissão não seguiu o Parecer do Tribunal de Contas. Com a palavra o presidente perguntou aos senhores vereadores como procederiam para que pudessem estar participando do Tríduo de Santa Luzia no Povoado Maniçoba no dia 12 as 7:00h da noite, o qual os vereadores também são responsáveis. Em comum acordo os vereadores deixaram para se reunir na quarta-feira no mesmo horário regimental. Passando a palavra para o vereador Paulo Andrade o mesmo saudou a todos os presentes e logo disse que o prefeito não teve a coragem de vim a esta Casa para se explicar quando falou que os vereadores estão querendo prejudicar o município por conta do orçamento. O vereador Paulo disse que é mentira, pois os vereadores não têm intenção nenhuma de prejudicar os funcionários nem a comunidade, só estão fazendo o papel de fiscalizadores. Frisou que os vereadores não têm poder de retirar o que o prefeito está pedindo no orçamento. Estar apresentando apenas uma emenda de cinco por cento onde o prefeito quando precisar, apresente um projeto que seja bom para a comunidade que os vereadores darão o que for preciso. É lamentável disse o vereador Paulo que o prefeito esteja se escondendo atrás de uma tela, sendo que cada vereador tem o seu poder de expressão e tem certeza que não vão prejudicar a comunidade. Falou das estimativas para cada secretaria através da sua emenda que será apresentada, destacando que para o gabinete do prefeito, foi colocado um milhão e quatrocentos mil reais, enquanto uma secretaria como a Assistência Social terá somente



Estado de Sergipe

Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora

um milhão e oitocentos mil reais, com apenas quatrocentos mil reais a mais, para o vereador isso não é justo uma vez que a quantidade de funcionários do gabinete do prefeito é inferior aos da assistência social que é a mãe da comunidade. Assim também como o aumento das cestas básicas de seis meses para doze meses, distribuição de exames para que a população não fique esperando pelo SUS. Incentivo ao folclore e incentivo de remédios os quais a secretaria não oferece. Para cada incentivo desses será retirado do gabinete do prefeito cem mil reais. Para tanto disse o vereador que não admite que o poder público fique sem fiscalização. A vereadora Lucineide de Brito Cruz com a palavra saudou a todos os presentes e logo questionou ao presidente que o executivo não respondeu a seu requerimento sobre os contratos advocatícios corretamente, pois pediu que viesse o contrato com o número do processo, e não foi fornecido o número do processo. Frisou que lhe causa muita estranheza um contrato de honorários dentro de um valor fixado de cem mil reais podendo ser majorado ou minorado e foi pago um milhão e oitocentos reais no contrato advocatício. No entanto a vereadora Lucineide não acha razoável um contrato que foi feito no valor de cem mil reais ser pago um milhão e oitocentos mil reais, onde na lei no seu artigo 85 do código civil diz que no mínimo de cinco por cento e máximo de oito por cento da fazenda pública seja parte dos processos judiciais. Pediu que o seu requerimento fosse respondido devidamente como foi solicitado. Ainda com a palavra a vereadora Lucineide falou com referência a uma nota que foi posta no face book sobre o orçamento pelo prefeito que para a vereadora é mentiroso e incompetente. Explicou que a LOA é um planejamento dos recursos que vão ser usados no município próximo ano. Se o planejamento enviado pelo prefeito estar mal elaborado isso é um problema dele, não é ela como vereadora eleita que tem que aceitar o que é proposto. O prefeito tem trinta e três milhões para ser usado da maneira que ele quiser. Frisou que o prefeito mandou no orçamento o valor de quatro mil reais na segurança pública, enquanto o gabinete dele estar orçado em um milhão e quatrocentos mil reais. Para a vereadora isso é desproporcional, por que a saúde, a educação e a segurança pública devem ser prioridade no município. Foi dito pelo prefeito que a vereadora faz uma oposição irresponsável e desmedida. A mesma disse que é formada em administração, em direito e exerce todos os dias a sua profissão. Não tem nenhum acordo com o prefeito, nenhum vínculo e o seu compromisso é com a comunidade que lhe deu o voto. Disse que nesta Casa todos são iguais e não estar querendo ser melhor que ninguém, cada um tem a sua posição e seus princípios e ela tem os seus. Desde o início da campanha eleitoral teve a sua posição e vai se manter nela. Se o prefeito estar achando ruim que o mesmo venha a esta Casa e diga que a mesma tirou dinheiro da merenda escolar que foi colocado mais de um milhão de reais por tanto quer que ele execute o valor que ele colocou, se achar que precisa de mais é só vim a câmara e pedir, uma vez que terá oitenta por cento. Não ver nada demais o vereador fiscalizar o executivo e essa é a sua função. Sua profissão é ser Advogada, estar como vereadora por quatro anos ou até o dia que Deus quiser, para tanto não vai assumir um atestado de incompetência dizendo que a câmara não serve para nada só por que o prefeito quer. Isso é problema de quem quiser aceitar por que a mesma não é de acordo e nem vai compactuar com essa atitude. Frisou que na rede social o prefeito disse que a mesma tirou dinheiro também para o transporte escolar que não estar existindo, pois, os universitários estão sem transporte escolar. Salientou que o prefeito vai para o quinto ano de mandato e não sabe a despesa do município, isso é querer chamar a todos de burros coisa que a vereadora não é. Se tem como mandar o planejamento orce de acordo com as necessidades do município. Falou também que o cemitério estar orçado em dois mil reais, valor insuficiente para o estado em que se encontra. Falou também



Estado de Sergipe

Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora

X do cemitério que todos sabem que não estar servindo para nada, e, no entanto, acha desproporcional assim como o orçamento para pista de skate que não existe em Divina Pastora no valor de dez mil reais. Para a vereadora Lucineide se o prefeito não sabe planejar, se ele não tem equipe, se ele é incompetente e mentiroso, quer que ele venha a esta Casa e diga que a mesma tirou o dinheiro da merenda escolar, uma vez que não foi a mesma que elaborou o orçamento. Salientou que dos cinco por cento da sua emenda, dos trinta e três milhões que tem, o prefeito tem um milhão seiscentos e cinquenta mil reais para tirar de um órgão e colocar em outro como bem quiser. Ele quer os oitenta por cento para que não precise vim a esta Casa. Fez alusão que foi eleita vereadora para defender o direito do povo, por tanto as prioridades do município não são as colocadas no orçamento. Se o prefeito acha que não estar necessário que faça um planejamento melhor e se especialize, pois se o prefeito não entende de administração cabe ao povo analisar, por que na sua opinião ele não entende de administração. Frisou que se ele precisar de recurso para remanejar para a saúde, para a educação, para o transporte escolar, para melhorar a estrada de maniçoba, nenhum vereador será contra. A vereadora citou também a creche escolar da maniçoba que foi dito pela secretária que seria inaugurada em abril deste ano e já estamos em dezembro. Frisou que o último gestor deixou a creche pronta e até hoje não foi inaugurada. Segundo a vereadora o prefeito que fazer as coisas a seu bel prazer sem ter que nenhum vereador o fiscalize. Reafirmou que não compactua com isso e se manterá firme até o fim, pois seu compromisso é com o povo. A vereadora Lucineide falou que só queria que o povo entendesse o que é orçamento anual e o que é remanejamento. Remanejamento é o que o executivo pode tirar de um órgão para o outro com autorização, e o prefeito quer que faça isso agora com o orçamento apresentado. Frisou mais vez que o prefeito é mentiroso e distorce as coisas e não diz o povo a verdade. Se o mesmo tiver coragem venha a esta Casa e explique ao povo a verdade, e não faça a palhaçada que ele fez, pois para a vereadora é isso que ele é, um palhaço. Agradeceu a atenção de todos e qualquer dúvida é só lhe procurar que atenderá a todos. Com a palavra o vereador Ivan Ferraz com a palavra saudou a todos os presentes e logo disse que é fácil chegar no face book falar o que bem quiser e chegar num momento desse tentar colocar a comunidade contra os vereadores da oposição. Enfatizou que os vereadores da oposição, são oposição ao prefeito não para segurar os benefícios que vem para o povo, mais para ajudar o prefeito administrar o município e não fazer o que ele bem quer. Completará cinco anos que o prefeito estar como administrador do município e não viu nenhuma obra que ele tenha feito com os trinta e três milhões que tem ao ano. Frisou que tem pessoas que não entende a situação dos vereadores da oposição que fizeram um grupo não para prejudicar o prefeito, nem a comunidade, pelo contrário, querem ajuda-los. O prefeito segundo o vereador Ivan Ferraz quer os oitenta por cento para não ter que vim a esta Casa pedir, e ficar à vontade. Estão na câmara para ajudar o prefeito a trabalhar para o povo e não se contra a ele e o povo. Vão dar cinco por cento e quando houver necessidade de mais o prefeito mandará um projeto que se for bom para a comunidade os vereadores vão ajudar, pois não estão nesta Casa para agradar o prefeito e sim o povo. Segundo o vereador Ivan o prefeito estar querendo fazer os vereadores de palhaços assim como o povo que curtir o prefeito no face achando que ele é bonzinho. A vereadora Lucineide de Brito pediu uma parte e falou que os remanejos que foram feitos o ano passado de uma secretaria para outra e por ter dado vários empregos absurdamente durante o período eleitoral, conseguiu os votos daqueles a que deu emprego e agora todos estão vendo o que estar acontecendo, muita gente foi colocada para fora e em janeiro serão coladas muito mais, para tanto esse é o compromisso que o prefeito tem com o povo de Divina



Estado de Sergipe

Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora

Pastora. Muitos pais de família passaram o natal desempregados aqui no município, por causa desse remanejamento que é feito sem autorização prévia sem explicar para que era o recurso. Voltando a palavra para o vereador Ivan Ferraz disse eu o município arrecadou no mês de novembro dois milhões de reais, e tem três milhões em caixa correndo juros de oito por cento que dar uma renda boa, por tanto não entende por que demitiu os funcionários. A culpa não estar nos vereadores a culpa estar no prefeito que é quem emprega e pode demitir. Disse ainda que apoia o certo e o povo votou nele para que fiscalize e trabalhará os quatro anos para benefício do povo. O vereador Joéliton Lima por sua vez saudou a todos os presentes destacando em especial a presença do Sr. Evilasio Dias que no ano passado sempre esteve presente nesta Casa. Em seguida disse que não é contra a prefeitos algum do estado de Sergipe e do Brasil, a governadores, ao presidente da república de trabalhar conforme a lei. Não é contra ao presidente da câmara de trabalhar de forma correta, não ultrapassando os limites para que depois não seja processado e responsabilizado por isso, só por que carece ou precisa de algo mais, só que a câmara não tem verba suficiente para preencher essa necessidade de algo mais. Salientou que na legislatura passada sabe mais que ninguém e é um dos poucos que estar sempre aberto a qualquer debate aqui nesta Casa ou em redes sociais, estar à disposição do povo, do prefeito dos vereadores sejam da situação ou oposição para juntos discutirem e esclarecer alguma coisa. Acontece que o prefeito de Divina Pastora Sylvio Cardoso é um dos prefeitos ais privilegiados do Brasil. Não lembra de nenhum projeto desde a legislatura passada que foi rejeitado por esta Casa, tudo que foi pedido foi dado. O mesmo lembrou de ter sido contra a um crédito suplementar solicitado, sendo que se houvesse esclarecimento por parte do secretário o mesmo poderia ter dado os vinte por cento. Salientou que o que estar acontecendo na câmara de Divina Pastora não é normal e é por isso que estar causando desconfortos lá fora. Fez uma analogia dizendo que é normal que o presidente Temer faltando dois dias para a sua votação, para não ser caçado saia viajando comprando voto a seu favor. Frisou que é normal que os governadores e prefeitos tenha essa situação na câmara, justamente para não ter se desgastando para pedir crédito suplementar. O prefeito tendo na bancada a sua maioria que sabe que pode confiar que ele fará bom uso da verba. Votou a dizer que o que estar acontecendo nesta Casa nada mais é do que seria normal e correto de acontecer em todas as câmaras do Brasil. Não é a favor de prejudicar o prefeito na sua administração e nem vai agir com irresponsabilidade para que o prefeito e a população sejam prejudicados, mesmo tendo pessoas trabalhando na prefeitura que não votou no mesmo, mas é vereador de todos e não vai querer que sejam prejudicados independente de qualquer coisa. Como foi dito a câmara de vereadores é que tem que reger o poder executivo o qual deve a obrigação e satisfação a câmara de vereadores. Para tanto o que é legislação quer é que o prefeito preste esclarecimento aos vereadores seja oposição ou situação. Com tudo acaba gerando o desconforto que é notório e acaba sobrando para os vereadores. Frisou que os menores é que mais sofrem e nem sabem por que estão aqui para reclamar, só estão presentes por que é beneficiado ou tem alguém na família que é beneficiada, enquanto que as pessoas verdadeiramente responsáveis que sabem se defender como o prefeito poderiam estar presentes para se defender e mostrar aos vereadores que estão errados ao aprovar o crédito suplementar com apenas cinco por cento. Fez alusão de que o prefeito sabe muito bem se defender assim como seus secretários, que como prova disse já vieram alguns aqui e se saíram muito bem. Abordou que é normal a situação vivida e que o povo não será prejudicado, pois quando o prefeito precisar os vereadores darão a ele o crédito necessário. Com uso da palavra o vereador Maurício Raimundo saudou a todos os presentes e logo esclareceu que a



Estado de Sergipe

Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora

LOA chegou na câmara em tempo hábil e é regida pela lei federal quatro mil trezentos e vinte do ano de 1964, é uma lei antiga que até hoje não mudaram. Teve a oportunidade de analisar o orçamento e viu que ele está razoável como um todo. Esclareceu a todos que durante seus anos de mandato nunca votou num valor baixo o qual foi apresentado de cinco por cento no orçamento, por tanto acha um absurdo, pois como disse cinco por cento e zero é a mesma coisa. Falou que é normal deixar o orçamento com oitenta por cento para que o gestor lá na frente decida o que realmente irá fazer. Se for um gestor competente que irá julgar é o tribunal de contas, que quando tem alguma coisa errada manda a problemática para os vereadores decidirem em aprovar ou não uma conta rejeitada. Às vezes é aprovada com ressalvas por que sabe que foi um deslize pouco comprometedor do gestor. Mas quando se trata de um valor de trezentos mil que ninguém sabe onde foi parar o dinheiro, fica difícil para os vereadores como fiscalizadores ser contra ao parecer do tribunal de contas e o Ministério Público. Frisou que ao gestor é dada toda confiança, então é preciso saber administrar. Não ver a situação agora sendo do prefeito atual, mais se caso acontecer é estará errado da mesma forma. Frisou que o crédito é dado a quem conseguiu ter crédito, se querem apoiar o orçamento o gestor é quem irá responder e não a câmara de vereadores. Frisou na sua forma de pensar os vereadores da oposição estão indo além da conta querendo aprovar somente cinco por cento no orçamento, deixem que o tribunal de contas e o ministério público julguem o gestor. Indagou que não é possível que todas as vezes que o prefeito apresente um projeto para a cidade, tenha que pedir crédito suplementar para poder fazer alguma obra ou pagar aos funcionários. O vereador Maurício disse que isso não vai dar certo pelo fato de que quando o prefeito precisar pode nesse dia falta dois ou três vereadores e o povo não pode esperar tanto tempo. Frisou que é preciso analisar bem para mais tarde não ter que responder por uma coisa sem necessidade. Quem tem a obrigação de responder sobre sua administração é o gestor, para tanto continuará dando o mesmo apoio que deu a outros gestores. A vereadora Lucineide pediu uma parte e disse que respeita muito o vereador Maurício pela sua experiência, e pelo número de mandato que tem, pois é um vitorioso, mais não concorda com seu pensamento, por que o prefeito vai para o quinto ano de mandato e é provável que ele deva saber quanto é a folha do município por tanto não seria viável o prefeito vim a esta Casa pedir dinheiro. Então primeiro o dinheiro tem que evaporar para depois a justiça vim atrás, o povo é que será prejudicado. Disse que não é só o ministério público nem o tribunal de contas que deve fiscalizar, os vereadores foram eleitos para isso e tem o direito constitucional de fiscalizar. Voltando a palavra para o vereador Maurício disse que também respeita a vereadora mais não é bem assim que funciona, já trabalhou em várias administrações e sabe como funciona principalmente os recursos humanos. Na verdade, o crédito suplementar é um remanejamento, o orçamento traz uma estimativa anual, não é dinheiro ao vivo como foi feito um cálculo que não é de acordo, de colocar valor X mais cinco por cento, pois calculado dessa forma até um por cento dar uma arrecadação espetacular. Os cálculos não são feitos dessa forma e discorda da vereadora quando fez o cálculo de cinco por cento que achou um milhão de reais. Segundo o vereador Maurício cabe ao ministério público e o tribunal de contas julgar se o gestor foi correto ou não com suas contas. O que acha ridículo é enviarem contas rejeitadas de ex-gestores para que vereadores que nem sonhavam em ser vereadores e por amizade aprovar essas contas que nem sabe como foi feita a manobra. Com a palavra o vereador Geraldo Anselmo saudou a todos os presentes e logo falou sobre a polêmica LOA que para o vereador é a matéria mais importante que passa anualmente pela câmara. É uma matéria que trata da vida dos funcionários, fornecedores, da administração do



Estado de Sergipe

Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora

prefeito. Pelo entendimento que tem da LOA (lei orçamentária anual), da forma que estar sendo comentada nas redes sociais e diálogos em grupo, o mesmo ver meramente um complô político nessa situação que vem acontecendo, a questão dos cinco por cento e as reuniões em grupo que se baseiam apenas em complô político. Frisou que os cinco vereadores que fazem questão de destacar que é oposição vem fazendo um papel excelente de fiscalizadores. Os requerimentos colocados pelos mesmos foram todos atendidos, exceto um que ainda não chegou nesta Casa. Então isso é papel de fiscalizadores, no entanto dizer que vai dar apenas cinco por cento por que estar fiscalizando a gestão, isso é incoerência demais da parte dos mesmos. Os vereadores não fazem gestão mais sabem legislar, para tanto é preciso dar uma margem boa para o prefeito trabalhar, pois cinco por cento não vai dar para trabalhar. Querem tirar do gabinete do prefeito quatrocentos mil reais para colocar cem mil para a assistência, cem mil para a saúde, tem o quadro efetivo da saúde para pagar, tem os remédios para comprar e sobrando por exemplo oitenta mil, então os cinco por cento talvez nem der para remanejar para pagar o restante dos funcionários, e mais tarde os fornecedores também serão penalizados, os funcionários serão colocados para fora, como foi feito agora, por que quando as coisas vão mal só sobra para os funcionários mesmos. A exoneração, todos sabem que foi uma medida que teve que ser tomada e houve a devolução de contrato de veículos. Da parte dos cinco vereadores como gostam de se referir, estão sendo incoerentes dando cinco por cento para o prefeito remanejar, tem certeza que o prefeito não conseguirá fazer nada com esses cinco por cento. Enfatizou que estar entrando agora na política, é seu primeiro ano de mandato, estar vereador por quatro anos se Deus lhe permitir, mais sempre estuda as matérias colocadas e quando não se manifesta é por que o assunto não interessa para a comunidade. Se dirigiu ao povo dizendo que tem certeza que há uma incoerência da parte da oposição, que é um complô político por que se não fosse não colocariam na página do face book que agora são os cinco trabalhando para o povo. Citou o nome do vereador Paulo Andrade que aparece com o ex-prefeito Antônio Carlos que foi autor de uma das administrações mais fraudulenta que teve em Divina Pastora e o vereador não retrata isso no face book, no entanto quer atirar pedra num prefeito que estar fazendo a cidade andar, mesmo que seja a passos de tartaruga, pois todos sabem da forma que deve ser feita, não com incoerência como foi feita nas outras gestões e ficam defendendo esse tipo de atitude. No entanto ficam dizendo que vão fiscalizar, coisa que já fazem, o que precisam fazer é ir na casa do povo e perguntar o que eles estão precisando que melhore na cidade e não assistencialismo, por que o povo não precisa do dinheiro, o povo precisa do desenvolvimento e isso já estão buscando fiscalizando. O vereador Paulo Andrade com a palavra disse que os oitenta por cento que o vereador Geraldo disse que sobrava é o que o prefeito veio pedir a esta Casa e foi liberado. Salientou que o vereador Anselmo falou da gestão de Antônio Carlos, mais o pai dele na época foi secretário de agricultura dessa gestão e nem sabia o que era agricultura. Foi vereador na gestão da prefeita Maria Augusta e nunca reprovou projeto algum que foi para benfeitoria do povo. Como na época era oposição sozinho não pôde apresentar nenhuma emenda por que seria reprovada. Nunca recebeu nada da gestão passada. Hoje tem respeito ao ex-prefeito Antônio Carlos por ser político e amigo, para tanto não ver nenhuma fluência do ex-gestor com o orçamento do ano de dois mil e dezoito. O vereador Geraldo Anselmo disse que só falou que existe um complô político dentro dos cinco por cento e relacionou as coisas. A vereadora Lucineide de Brito perguntou ao vereador Geraldo Anselmo onde ficava o gabinete em que a sua esposa despacha, porque tem mais de sessenta mil reais para a secretaria que ela trabalha, chegou uma denúncia a esta Casa e ninguém nunca viu ela no município.



Estado de Sergipe

Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora

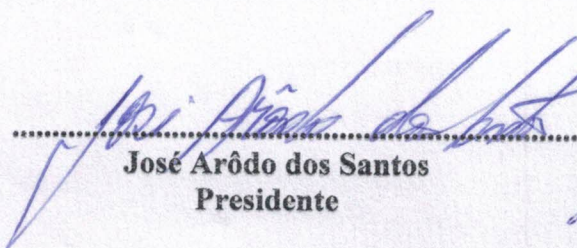
Dizem que a referida é secretária de assuntos parlamentares e parlamentares da cidade segundo a vereadora são os vereadores. Disse que a sua pessoa a secretária nunca se reportou e já perguntou a todos que disse que nunca falou com ela. Deixou o vereador Geraldo a vontade para responder ou não. O vereador pediu que a vereadora Lucineide fosse procurar as informações na prefeitura. A vereadora perguntou se o vereador Geraldo não sabia onde era a secretaria. O mesmo respondeu que não, que o assunto era entre sua esposa e o prefeito que a vereadora procurasse saber na prefeitura. Com a palavra o presidente disse que não ia mais se envolver até por que estar como presidente para poder conduzir as coisas de forma harmoniosa. Salientou que o vereador Ivan Ferraz fez parte da bancada do prefeito, o vereador Paulo Andrade fez parte da bancada do prefeito, assim como o vereador Joéliton Lima. Foi eleito na bancada do prefeito e os vereadores Carlos Augusto Maurício e Geraldo Anselmo são da bancada do prefeito. Cada um defende e vota em quem achar melhor. Sempre disse que não estar nesta Casa para adular prefeito, vice-prefeito, vereadores, nem secretários municipais, e sim para votar em projetos que beneficiem o povo, até por que teve o projeto da RPV o qual junto com o vereador Maurício procurou o prefeito, depois se reuniu com o vereador Geraldo e Carlos Augusto e disseram ao prefeito que se o projeto não fosse tirado de pauta até a bancada votaria contra, para tanto o projeto foi retirado de pauta. Acredita que noventa e nove por cento dos projetos que enviados a esta Casa foram votados, se foram executados ou não o Ministério Público e o Tribunal de Contas é quem irá analisar. Os projetos foram em benefício da comunidade, o único projeto rejeitado foi o das despesas miúdas. Concorda com as palavras do vereador Maurício quando disse que cinco por cento não dar para o prefeito trabalhar. Quando foi dito sobre os sessenta mil reais na secretaria de assuntos parlamentares, todos sabem que cada secretaria tem a sua folha, o gabinete do prefeito somando o salário do prefeito juntamente com o décimo, da vice-prefeita e dos funcionários do gabinete que deve ser somado anualmente. Disse que cada secretaria gera a sua folha, o voto é de cada um que sabe como se pronunciar e manter o seu voto e dos seus compromissos políticos com a população, no entanto entende que os cinco por cento não dar para o prefeito pagar, pois quando for no mês de janeiro e fevereiro o mesmo estará nesta Casa pedindo crédito. Isso um técnico contábil pode dizer, até mesmo o vereador Odilon Bezerra que já trabalhou na gestão pública na parte do RH sabe que não dar para trabalhar. Cada um vota da maneira que acha que deve votar, mais não concorda quando dizem que por que alguns vereadores são da bancada do prefeito, tem acordo com ele, até por que foram eleitos na bancada do prefeito, Se Cabelinho tivesse ganhado os vereadores da bancada dele estariam lhe defendendo, assim como os vereadores da bancada de Franci se ela tivesse ganhado. Reafirmou que cada um sabe analisar a maneira que deve votar, uma vez que o orçamento é o espelho da gestão, se não dar para dar oitenta por cento que dê a metade para que o prefeito trabalhe um período e depois venha a Câmara pedir mais. Mais cinco por cento todos sabem que não dar, pois no mês seguinte ele estará pedindo crédito suplementar. No mais o presidente lembrou a todos da novena de Santa Luzia na terça-feira dia 12, às dezenove horas, por tanto a sessão que seria nessa data em comum acordo ficou para a quarta-feira dia 13 no mesmo horário regimental. Como nada mais houvesse a tratar o Sr. Presidente convocou nova Sessão Ordinária para quarta-, feira dia 13 de dezembro de 2017, no horário regimental, dando por encerrada a sessão.

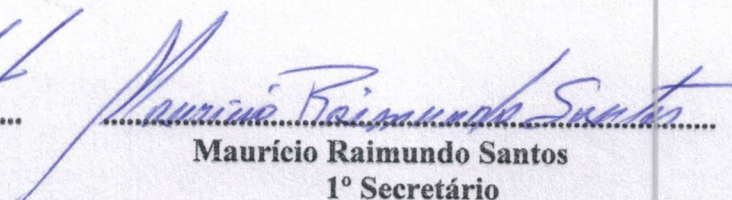
A Presidência.



Estado de Sergipe
Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora

Divina Pastora – Se, em 07 de dezembro de 2017.


.....
José Arôdo dos Santos
Presidente


.....
Maurício Raimundo Santos
1º Secretário

**Estado de Sergipe****Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora**

O MUNDO NÃO ESTÁ AMEAÇADO PELAS PESSOAS MÁS, E SIM POR AQUELAS QUE PERMITEM A MALDADE.

(Albert Einstein)

Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Divina Pastora em 13 de dezembro de 2017.

Com a força do Divino Espírito Santo e a proteção de Nossa Senhora Divina Pastora às dezenove horas o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão com as presenças dos senhores vereadores: José Arôdo dos Santos (Presidente), Geraldo Anselmo da Silva Santos, Maurício Raimundo Santos, Carlos Augusto Siqueira de Jesus, Ivan Josué Ferraz, Paulo José Andrade do Nascimento, Odilon Bezerra Santos Filho, Lucineide de Brito Cruz e Joéliton Santos Lima. **Expediente:** Convite verbal do Tribunal de Contas através do presidente desta Casa convidando os senhores vereadores para participarem na sexta-feira dia 15, às 9h da manhã no auditório do Tribunal de Contas da posse do presidente do tribunal de contas o Conselheiro Dr. Ulisses Andrade. Convite da prefeitura municipal através da secretaria de obras e o comitê de coordenação para elaboração do plano municipal de saneamento básico, convidando os senhores vereadores para participar da Audiência Pública para apresentação e discussão do Plano Municipal de Saneamento Básico, no dia 19 de dezembro no Auditório do Conselho Tutelar, ÀS 9:00h da manhã. Ofício do Comando do nono Batalhão do Conselho de Polícia Militar do estado de Sergipe, convidando os senhores vereadores para participarem da Missa de Natal em Carmópolis. Será realizada na Igreja Matiz de Carmópolis no dia 21 deste mês as 9:00h da manhã. Ordem do dia: Presentes à fase de deliberação das matérias do dia os seguintes vereadores: José Arôdo dos Santos (Presidente), Geraldo Anselmo da Silva Santos, Maurício Raimundo Santos, Carlos Augusto Siqueira de Jesus, Ivan Josué Ferraz, Paulo José Andrade do Nascimento, Odilon Bezerra Santos Filho, Lucineide de Brito Cruz e Joéliton Santos Lima. Pauta de hoje dia 13 de dezembro de 2017. Foi lida a Ata da Sessão anterior e aprovada. Aberto os trabalhos o presidente informou aos senhores vereadores que abriria o espaço por alguns minutos para que o Senhor Fabiano usasse da palavra para falar sobre a audiência pública para discutir sobre o saneamento básico e por que a importância de todos os vereadores nesta audiência. Com a palavra o Sr. Fabiano saudou a Mesa em nome do Presidente José Arôdo, saudou os demais vereadores presentes, a secretária de Educação a Sr^a Ângela Carvalho e demais secretários e servidores públicos presentes. Em seguida falou que o evento de terça-feira as nove horas da manhã no auditório do conselho tutelar é importantíssima a presença dos senhores vereadores, porque após a apresentação do plano vai ser encaminhado um projeto de lei para a câmara de vereadores. Com a apresentação do plano tirara dúvidas dos senhores vereadores para quando chegar nesta Casa poder ser discutido sobre sua aprovação. Reafirmou a importância da presença dos vereadores enfatizando que o pleno já vem se arrastando desde dois mil e doze, foi retomado em julho de dois mil e catorze e agora estar chegando ao final. Este compõe-se do abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e água fluvial de manejo de retenção do solo. Será importante por que a partir do próximo ano o gestor que for em busca de recursos no ministério e com o governo federal e não tiver um plano de saneamento básico pronto, o recurso será negado, principalmente através da FUNASA. Frisou que foi confirmada a presença da Superintendente da FUNASA que fará a explanação dos benefícios do plano, e a empresa que foi contratada para elaborar o plano desde julho de dois mil e catorze fará a apresentação do plano para a população Divina Pastorenses. Desejou que Santa Luzia Abençoasse a todos e agradeceu a oportunidade. Dando continuidade o presidente leu o projeto do vereador Carlos Augusto que já havia dado conhecimento antes para que a população presente conhecesse o trabalho de cada vereador.

**Estado de Sergipe****Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora**

O projeto proíbe a cobrança de Valores para Reestabelecimento do Fornecimento de Energia Elétrica e Água no Município de Divina Pastora- SE. Em seguida parabenizou o vereador Odilon Bezerra que completou neste dia mais uma primavera, pediu que todos lhes dessem uma salva de palmas. Passando para a discussão das matérias em pauta, foram colocados em 2ª (segunda) discussão e votação os Projetos de Lei nºs 57 e 58/2017. Projeto de Lei nº57/2017. Institui o Plano Plurianual para o período de 2018-2021 e dá outras providências. Projeto de Lei nº58/2017. Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Divina Pastora, estado de Sergipe, para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências correlatas. Para o projeto de Lei nº58/2017 foi apresentada três Emendas. Emenda Modificativa nº01/2017 de autoria da vereadora Lucineide de Brito Cruz. Altera o art. 4º do Projeto de Lei nº58/2017, passando a ter a seguinte redação: Durante a Execução Orçamentária fica o Poder Executivo autorizado a: I – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar até o limite de 5% (cinco), no total das despesas fixadas, para o exercício financeiro de 2018, nos termos do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 1964. II – Realizar operações de créditos por antecipação da receita orçamentária, nos termos e nos limites da legislação em vigor, com autorização prévia da Câmara Legislativa. III- Criar e transferir, por decreto, funções, sub-funções, programas, atividades e projetos, elementos de despesas, para adaptar o orçamento de 2018 as exigências da legislação vigente e vindoura com autorização prévia da Câmara Legislativa. IV- Alterar e incluir fontes de recursos da receita e da despesa para adequação do orçamento as normas do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, com autorização prévia da Câmara Legislativa. Emenda nº02/2017 de autoria do vereador Paulo Andrade. Solicita que faça parte do texto original do projeto de lei 58/2017 a seguinte redação: Retira do Gabinete do prefeito – 02, orçado em um milhão, quatrocentos e um mil e quatrocentos reais, o valor de quatrocentos mil reais. Colocar cem mil na secretaria de Assistência Social para o aumento de cestas básicas, mais cem mil reais para distribuição de exames em caráter de urgência e óculos de vista para pessoas de baixa renda. Para a Secretaria de Educação e Cultura colocar cem mil para incentivos folclóricos. E para a Secretaria de Saúde cem mil reais para programa de doação de remédios os quais a secretaria não oferece. Emenda nº03/2017 de autoria do vereador Joéliton Lima. Solicita que faça parte do texto original do projeto de lei nº58/2017 a seguinte redação: Retira da Secretaria Municipal de Agricultura 08, orçado em duzentos e cinquenta e um mil e duzentos reais, o valor de vinte mil reais para colocar na Secretaria de Saúde para que faça a doação para o hospital de Riachuelo. O Projeto de Lei nº57/2017 foi aprovado por unanimidade. O Projeto de Lei nº58/2017 foi aprovado na sua originalidade, por seis (06) votos. As Emendas apresentadas foram rejeitadas. Em seguida foi colocado em discussão e votação o Processo TC nº000784, ano 2014 das contas anuais de governo referente ao exercício financeiro de 2013 de responsabilidade do Prefeito Sylvio Maurício Mendonça Cardoso. O Processo TC nº000784 foi aprovado por unanimidade seguindo o Parecer do Tribunal de Contas. Dando continuidade aos trabalhos fez uso da palavra o vereador Odilon Bezerra saudou a todos os presentes e disse que seria bom que a comunidade estivesse presente em todas as sessões como estavam neste dia. Agradeceu a cada vereador pela paciência e parceria que foram concedidas e feitas durante o ano todo em relação ao seu mandato, pelo fato do mesmo estar concluindo, após dois mil e catorze, de lá para cá a conclusão da faculdade. Ainda com a palavra aproveitou para dizer que embora um amigo particular seu incomode alguns e seja elogios também por parte de outros, não poderia deixar de mencionar que ele estar extremamente pronto em termos técnicos e de maturidade para concorrer as próximas eleições de dois mil e vinte. Frisou que não estava fazendo campanha antecipada, só estava querendo dizer que embora um ou outro não concordem um amigo particular seu que todos sabem quem é, ele estar pronto e de forma madura. Disse que não faria comparações entre gestões e lhe admira estarem no primeiro ano de mandato e o nome de ex-prefeito Antônio Carlos estar ainda incomodando. Não sabe por que, mais espera que todos tenham paciência, pois quem julga, quem diz que errou, ou quem é santo é a justiça. Porém deixou claro que os posicionamentos políticos são saudáveis, é importante e salutar em certos momentos. Falou que os recursos que estão previstos e aqueles que vão ser



Estado de Sergipe

Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora

adicionados em forma de emendas serão cobrados de forma que precisam ampliar os serviços que estão ausentes hoje da área rural, por parte do serviço público. Disse que o presidente o vice-presidente e o vereador Maurício que na época estava como líder do prefeito sabem muito bem que o mesmo, o vereador Joéliton e demais vereadores ficaram convencidos de que os processos licitatórios, as situações administrativas estavam emperrando os maquinários da prefeitura que é destinado a secretaria de agricultura. Destacou que a caçamba da prefeitura, a reto escavadeira e a patrol não é para serviços particulares, o maquinário foi destinado ao município para atender a secretaria de agricultura, o referido nem na condição de vereador ou se fosse simplesmente um cidadão comum poderia exigir do poder público municipal que o maquinário fosse usufruído para o seu benefício. Disse ainda que a partir de fevereiro irão solicitar da secretaria de agricultura todo o uso do maquinário de dois mil e dezessete para onde foi, uma vez que o ministério da agricultura cobra da prefeitura em que foi usado o maquinário e se o ministério cobra, os vereadores também podem cobrar. Para tanto disse que se algum agricultor, algum componente da agricultura familiar, algum componente de projeto dos assentamentos Flor do Mucuri I e II, não passaram o ano de dois mil e dezessete beneficiados pelo programa podem procurar os vereadores para que venham averiguar. Logicamente que a câmara não tem o poder e muito menos contara com sua participação para estar investigando, para estar denunciando, para penalizar quem foi beneficiado ou não. A carapuça cai na cabeça de quem merecer. Se dirigiu ao vereador Mauricio dizendo que o estorno da proposta de emenda de retirar para remanejar para a secretaria de agricultura, foi no sentido de que como a secretaria foi inoperante durante todos esses anos, o maquinário ficou parado e os assentamentos ficaram desassistidos, assim como as estradas e sinais do município pelo programa. Por outro lado, todos sabem que esse tipo de maquinário foi usado para outras finalidades, pois o mesmo presenciou a caçamba vasculhando material de construção de casa que não deveria. Diante das circunstâncias disse que não se pode jogar pedra no telhado de vidro de quem não tem. Gostaria então que percebessem que estão atentos ao que deve de fato ser utilizado. Frisou que o vereador Ivan Ferraz e o vereador Paulo Andrade sabem muito bem das dificuldades que passam porque moram no assentamento Flor do Mucuri I. Ainda com a palavra disse que os recursos que propuseram através de emendas para ser retirado, o mesmo não pode concordar que seja retirado o recurso de uma secretaria que já vem com um histórico de cinco anos com a ausência desse recurso. Por tanto não podem deixar virar o ano sem a perspectiva de reserva de recursos para programas que atinjam diretamente a população. Frisou que todos os recursos públicos têm a destinação de partida, por tanto não pode, vendo alguns contratos reincididos por conta da incapacidade orçamentaria e financeira de honrar com o compromisso de pagamento de contrato, não pode achar que essas pessoas vão ficar sem o mínimo de assistência possível. Se é anunciado que de quinhentas cestas básicas, cairão para trezentas cestas básicas, isso significa que trezentas pessoas ficaram desassistidas e quem perdeu seu emprego não vão receber nada. Então explicou que quando tentam fazer um remanejamento é por que estão preocupados em garantir o mínimo do mínimo possível para que lá na frente as coisas funcionem. Outra explicação dada pelo vereador é que a secretaria de educação, assistência social e saúde são extremamente carentes da sensibilidade dos vereadores. Disse que conversou em particular com alguns secretários, os esforços são feitos, porém não adianta remanejar um milhão de reais de uma secretaria e trazer para a secretaria de educação se a programação da gestão executiva não estiver interessada no tipo de programa, uma vez que o remanejamento é previsto e estornado. O orçamento é digamos que superficial naquilo que se quer fazer. No entanto não podem destinar um valor alto para uma determinada secretaria se na execução o prefeito diz que vai gastar X e remanejar o restante. Isso não vai adiantar. Quem executa, quem gasta o recurso público é o executivo, o legislativo apenas opina, sugere e aprova o remanejamento ou não. Mais a responsabilidade integral é do poder executivo. É tanto disse o vereador Odilon, que a gestão financeira de cada ano não sai do tribunal de contas para vim para a câmara sugerindo que os vereadores são responsáveis. Agradeceu a presença de todos mesmo tendo sessões a serem cumpridas. Com a palavra o vereador Carlos Augusto saudou a todos os presentes e agradeceu ao vereador Odilon Bezerra por ter a consciência de ter votado no projeto da forma como veio para esta Casa, sabendo que vários pais de família

Praça da Bandeira, 363 – Centro – Divina Pastora – Sergipe – CEP: 49.650-000

Arquivo assinado digitalmente por CARLOS AUGUSTO SIQUEIRA DE JESUS:72279311534 em 28/03/2023 10:32:58

Valide a autenticidade deste em <http://www.tcse.tc.br/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código 9D58DD9D9C2116F5D78121C7E051E32B

**Estado de Sergipe****Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora**

dependem desse orçamento. Disse que o orçamento é coisa séria e o vereador Odilon sabe por que já fez parte de várias gestões e trabalhou nisso. Parabenizou-o também pela sua formação acadêmica, o mesmo acabou seu estágio na Deso onde trabalha e lhe disse que o que precisar estará a disposição para ajudar. O vereador Mauricio com a palavra saudou a todos os presentes e disse gosta de ver um vereador que tem um bom senso e que estar preocupado com a comunidade. Há sempre um debate entre a oposição e situação mais é preciso respeitar a posição de cada um. Frisou que não podem deixar de dar a opinião pessoal, e a sua opinião pessoal é de parabenizar aos colegas vereadores por terem o bom senso, pois votar no projeto da maneira como veio é estar preocupado com o povo. Aproveitou o ensejo para agradecer a presença da secretária de educação a professora Ângela a qual tem muito respeito, por ser uma pessoa responsável que tem como prioridade melhorar a educação do município de Divina Pastora. Pediu uma salva de palmas para a secretária. Parabenizou também os alunos da escola Cecília Barros Gomes do povoado Maniçoba que fizeram uma apresentação belíssima ontem em ação de graças na santa Missa em preparação a festa de Santa Luzia. O vereador Geraldo Anselmo por sua vez falou que não poderia deixar de agradecer e parabenizar os vereadores que tiveram coerência na votação do orçamento. São vereadores que sabem de a importância do prefeito ter um orçamento para trabalhar em benefício da comunidade. Sem o orçamento o município não sobrevive e o prefeito muito menos, uma vez que depende desta Casa legislativa. Agradeceu a coerência do vereador Odilon que mereceu os aplausos da comunidade. Com a palavra o presidente agradeceu a presença da secretária de educação a professora Ângela Carvalho, assim como a presença do secretário de controle interno o Sr. Fagner e demais funcionários e comunidade presente. Embora o projeto teve a sua maioria simples, não deixou de expressar a sua satisfação em também defender o projeto. Agradeceu aos vereadores Odilon Bezerra, Carlos Augusto, Mauricio Raimundo e Geraldo Anselmo por terem votado na originalidade do projeto, pois sabe da preocupação de cada um com a comunidade. A comunidade presente nesta noite veio pedir o apoio da sua base, de seu vereador. Pessoas que dependem somente dos programas sociais que o município oferece. Agradeceu mais uma vez aos vereadores que votaram a favor do projeto, pela compreensão e a sensibilidade de ver o sofrimento do povo e não lhes dar um presente triste na virada do ano. O vereador Carlos Augusto aproveitou a presença da comunidade para falar sobre o seu projeto que é muito importante, pois isentara a comunidade da religação de água e energia. Explicou a comunidade presente que quando a sua água ou energia for cortada não haverá mais cobrança de religação dentro do município de Divina Pastora. Frisou que já pesquisou, o projeto é constitucional e o próprio governo federal pede que os vereadores tomem essa iniciativa. O projeto será apresentado após o recesso para sua votação e depois será sancionado em lei pelo prefeito. Ainda com a palavra informou a comunidade que em parceria com o Deputado Estadual Capitão Samuel estão com um projeto batalhão contra as drogas. Todos aqueles que tiverem qualquer parente envolvido em drogas, amigo ou um vizinho dependente de qualquer tipo de vício, que estão oferecendo um espaço em São Cristóvão que vai estar cuidando dessas pessoas que serão acompanhadas por todos os especialistas da área. Frisou que quem estiver necessitando dessa ajuda pode procura-lo que vai estar assando o número de telefone, além de várias propagandas que serão feitas. Informou também que já convidou o Deputado Capitão Samuel para vim fazer uma palestra nesta Casa sobre as drogas. Serão convidados todos os seguimentos religiosos, e a palestra será feita também num espaço do município para que a população compareça em massa. Frisou que o projeto é muito importante, pois todos sabem que lares familiares hoje estão sendo destruídos por causa das drogas. O vereador Mauricio



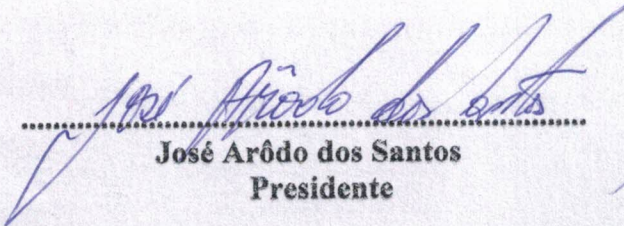
Estado de Sergipe


Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora

registrou na sua fala a presença do secretário de controle interno Fagner e da comunidade que estava presente para ver realmente quais eram os vereadores que estavam do lado deles. Como nada mais houvesse a tratar o Sr. Presidente convocou nova Sessão Ordinária para terça-feira dia 14 de dezembro de 2017, no horário regimental, dando por encerrada sessão.

A Presidência.

Divina Pastora – Se, em 13 de dezembro de 2017.


.....
José Arôdo dos Santos
Presidente


.....
Mauricio Raimundo Santos
1º Secretário



Estado de Sergipe
Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora
PARECER

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Divina Pastora/Sergipe.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, vem através da relatora Lucineide de Brito Cruz e do Presidente Paulo José Andrade do Nascimento depois de se reunirem no dia 07 de dezembro a partir das 18:30min, manifestarem o voto referente ao Processo TC nº000784, ano 2014 das contas anuais de governo referente ao exercício financeiro de 2013 de responsabilidade do Prefeito Sylvio Maurício Mendonça Cardoso, pelas razões a seguir delineadas.

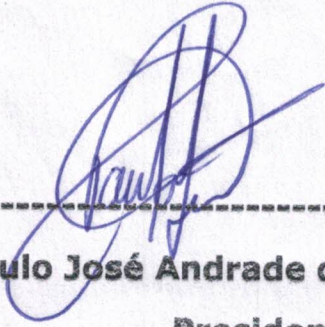
Analisando o parecer prévio e opinativo do Tribunal de Contas resolvem não acompanhar o Parecer do Tribunal de Contas, votando pela rejeição das contas anuais de governo do exercício financeiro de 2013 através do Processo TC nº000784, ano 2014 de responsabilidade do Prefeito Sylvio Maurício Mendonça Cardoso.

O vereador Maurício Raimundo Santos Membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final deu o seu Parecer a favor do Parecer do Tribunal de Contas.

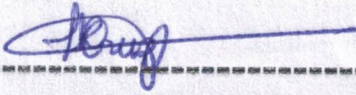
Plenário João José dos Santos, em 07 de dezembro de 2017.



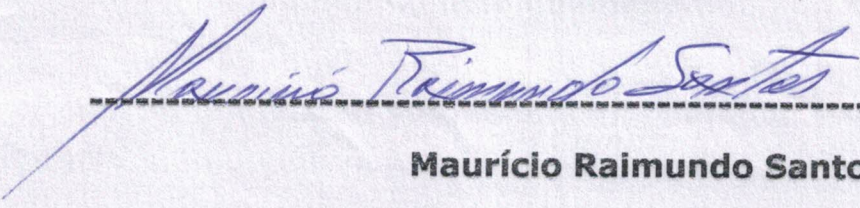
Estado de Sergipe
Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora



Paulo José Andrade do Nascimento
Presidente



Lucineide de Brito Cruz
Relator



Maurício Raimundo Santos
Membro



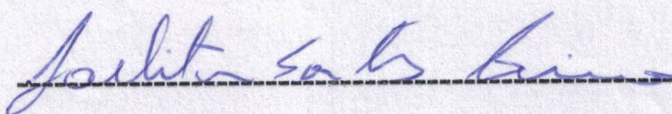
Estado de Sergipe
Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora
PARECER

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Divina Pastora/Sergipe.

A Comissão de Finanças, Orçamentos e fiscalização, vem através do relator Odilon Bezerra dos Santos Filho e demais Membros depois de se reunirem no dia 05 de dezembro a partir das 20:00h, manifestarem o voto referente ao Processo TC nº000784, ano 2014 das contas anuais de governo referente ao exercício financeiro de 2013 de responsabilidade do Prefeito Sylvio Maurício Mendonça Cardoso, pelas razões a seguir delineadas.

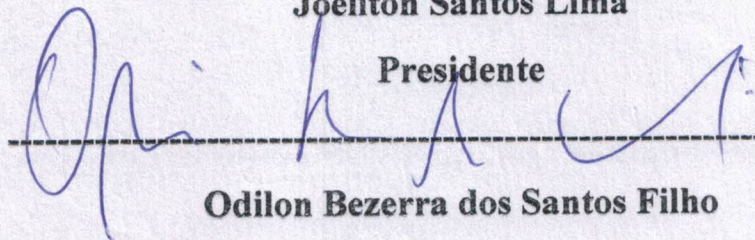
Analizando o parecer prévio e opinativo do Tribunal de Contas resolvem acompanhar o Parecer do Tribunal de Contas, votando favorável as contas anuais de governo do exercício financeiro de 2013 através do Processo TC nº000784, ano 2014 de responsabilidade do Prefeito Sylvio Maurício Mendonça Cardoso.

Plenário João José dos Santos, em 05 de dezembro de 2017.



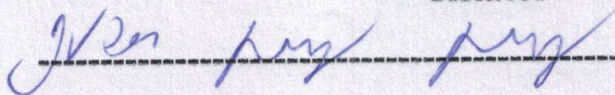
Joéliton Santos Lima

Presidente



Odilon Bezerra dos Santos Filho

Relator



Ivan Josué Ferraz

Membro



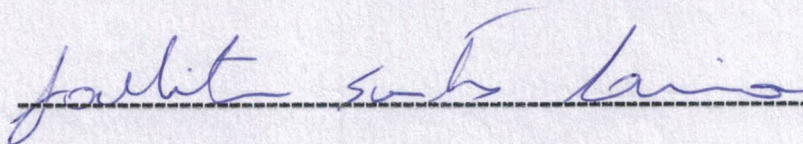
Estado de Sergipe
Câmara Municipal de Vereadores de Divina Pastora
PARECER

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Divina Pastora/Sergipe.

A **Comissão de Finanças, Orçamentos e fiscalização**, vem através do relator Odilon Bezerra dos Santos Filho e demais Membros depois de se reunirem no dia 05 de dezembro a partir das 20:00h, manifestarem o voto referente ao Processo TC nº000784, ano 2014 das contas anuais de governo referente ao exercício financeiro de 2013 de responsabilidade do Prefeito Sylvio Maurício Mendonça Cardoso, pelas razões a seguir delineadas.

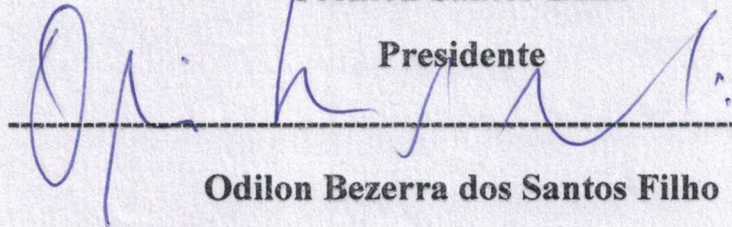
Analisando o parecer prévio e opinativo do Tribunal de Contas resolvem acompanhar o Parecer do Tribunal de Contas, votando favorável as contas anuais de governo do exercício financeiro de 2013 através do Processo TC nº000784, ano 2014 de responsabilidade do Prefeito Sylvio Maurício Mendonça Cardoso.

Plenário João José dos Santos, em 05 de dezembro de 2017.



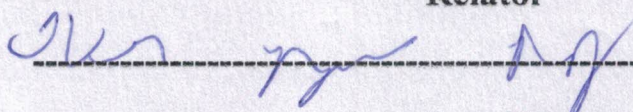
Joéliton Santos Lima

Presidente



Odilon Bezerra dos Santos Filho

Relator



Ivan Josué Ferraz

Membro



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA**

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 03/2017.

Dispõe sobre a aprovação das contas do Prefeito Municipal relativas ao exercício de 2013.

José Arôdo dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Divina Pastora/SE, no uso de suas atribuições legais,

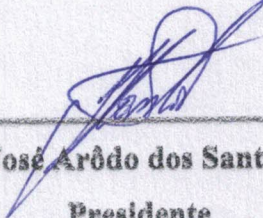
DECRETA

Art. 1º - Ficam Aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Divina Pastora/SE, relativas ao Exercício de 2013.

Art. 2º - Integra este Decreto Legislativo os Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Redação Final e Finanças, Orçamento e Fiscalização, bem como a Ata da Sessão Ordinária que votou a matéria.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Divina Pastora/SE, 19 de dezembro de 2017.



José Arôdo dos Santos
Presidente